



OFÍCIO N° 132/2025 - GP/PMP

Pendências-RN, 17 de dezembro de 2025.

Exma. Sra. Tâmara Jocélia Rodrigues Galvão Avelino

Presidente da Câmara Municipal de Pendências/RN

Assunto: VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI N° 026/2025

Excelentíssima Senhora Presidenta da Câmara Municipal de Pendências,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do artigo 55, § 1º, da Lei Orgânica do Município, decidi **VETAR PARCIALMENTE** o Projeto de Lei nº 026/2025, aprovado por essa Egrégia Casa Legislativa, que "regula o funcionamento de locais privados utilizados para prática de atividades físicas, no município de Pendências RN, e dá outras providências".

O projeto, em sua essência, é de grande relevância para o nosso Município, ao buscar estabelecer normas de segurança, higiene e qualidade para os locais de prática de atividades físicas. Reconheço e louvo a iniciativa do nobre Vereador autor e o esforço desta Câmara na promoção da saúde e do bem-estar da nossa população.

Contudo, após análise técnica da Procuradoria Jurídica deste Município, identificamos que alguns dispositivos do projeto padecem de vícios de inconstitucionalidade material e formal, que não podem ser sanados. As razões que fundamentam este veto parcial são as seguintes:

1. Quanto ao inciso II e ao §2º do artigo 3º e ao §1º do artigo 4º:

Esses dispositivos condicionam a expedição e a manutenção do alvará de funcionamento ao registro do estabelecimento e do profissional responsável junto ao Conselho Regional de Educação Física (CREF). Ocorre que, conforme o artigo 22, inciso XVI, da Constituição Federal, a competência para legislar sobre as condições para o exercício de profissões é privativa da União. Ao criar tal exigência, o município invade esfera de competência

09611
RECEBI
EM 19, 12, 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS

Denys Cezar S. de Menezes
Secretário Legislativo



que não lhe pertence, tornando os dispositivos materialmente inconstitucionais, conforme pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF - ADI 5876 e ADI 6724).

2. Quanto aos artigos 8º e 9º:

Os referidos artigos, ao autorizarem o Poder Executivo a firmar parcerias e ao instituírem os selos "Local Parceiro da Saúde Municipal" e "Academia Legal", criam novas atribuições e responsabilidades para a Administração Pública Municipal. Tais matérias, por dizerem respeito à organização e ao funcionamento da administração, são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o artigo 52 da Lei Orgânica Municipal, em simetria com o artigo 61, § 1º, II, da Constituição Federal.

A criação de programas e selos por iniciativa parlamentar representa uma indevida interferência do Poder Legislativo na esfera de gestão do Poder Executivo, violando o princípio da separação dos poderes. O STF já se manifestou sobre o tema, declarando a inconstitucionalidade de leis de origem parlamentar que criam selos de qualidade ou novas atribuições para órgãos do Executivo (STF - RE 1337675).

Pelas razões expostas, e com o objetivo de zelar pela constitucionalidade das normas em nosso município, sou levado a apor o veto parcial aos dispositivos mencionados.

Reitero o meu apreço por esta Casa Legislativa e devolvo a matéria para a devida apreciação de Vossas Excelências, nos termos do artigo 55, § 4º, da Lei Orgânica Municipal.

Atenciosamente,



Documento assinado digitalmente
LAYS HELENA CABRAL DE QUEIROZ
Data: 18/12/2025 14:43:03-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Lays Helena Cabral de Queiroz
Prefeita do Município de Pendências/RN



PARECER JURÍDICO

INTERESSADO: Gabinete do Prefeito do Município de Pendências/RN

ASSUNTO: Análise da Constitucionalidade e Legalidade do Projeto de Lei nº 026/2025, que "regula o funcionamento de locais privados utilizados para prática de atividades físicas, no município de Pendências RN, e dá outras providências".

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROJETO DE LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. REGULAMENTAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ATIVIDADE FÍSICA. VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE PROFISSÕES (ART. 22, XVI, CF/88). DISPOSITIVOS QUE CONDICIONAM A EMISSÃO DE ALVARÁ MUNICIPAL AO REGISTRO EM CONSELHO PROFISSIONAL. VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. VÍCIO DE INICIATIVA. CRIAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES, PROGRAMAS E DESPESAS PARA O PODER EXECUTIVO. MATÉRIA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO (ART. 61, § 1º, II, 'E', CF/88 E ART. 52 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL). OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. RECOMENDAÇÃO PELO VETO PARCIAL DOS DISPOSITIVOS EIVADOS DE INCONSTITUCIONALIDADE.

I. RELATÓRIO

01. Trata-se de análise jurídica do Projeto de Lei nº 026/2025, de autoria parlamentar, aprovado pela Câmara Municipal de Pendências/RN, que dispõe sobre a regulamentação do funcionamento de locais privados destinados à prática de atividades físicas no âmbito do Município.

09/12/25
RECEBI
EM 19.12.2025
CÂMARA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS
Jeferson César S. de Menezes
Secretário Legislativo



02. O objetivo do presente Parecer é examinar a conformidade do referido projeto com o ordenamento jurídico vigente, em especial com a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município, a fim de subsidiar a decisão do Chefe do Poder Executivo quanto à sanção ou veto da proposição.

03. É o breve relatório. Passo à análise.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

04. O Projeto de Lei em análise, embora meritório em sua intenção de promover a saúde e a segurança dos usuários de academias e estabelecimentos similares, apresenta vícios de inconstitucionalidade que maculam parte de seu texto, conforme se detalha a seguir.

II.1. Do Vício de Inconstitucionalidade Material: Usurpação de Competência da União

05. Os artigos 3º, inciso II e §2º, e 4º, §1º, do projeto de Lei estabelecem a obrigatoriedade de registro junto ao Conselho Regional de Educação Física (CREF) como condição para a concessão de alvará de funcionamento e preveem a comunicação a este órgão em caso de descumprimento.

06. Tais dispositivos incorrem em vício de inconstitucionalidade material, pois invadem a competência legislativa privativa da União. O artigo 22, inciso XVI, da Constituição Federal é taxativo ao determinar que compete privativamente à União legislar sobre "*condições para o exercício de profissões*".



PENDÊNCIAS
PREFEITURA

07. Ao vincular a permissão de funcionamento de um estabelecimento comercial (ato de competência municipal) a uma exigência de natureza profissional, o legislador municipal exorbita de sua competência, legislando sobre matéria que não lhe é autorizada. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é consolidada nesse sentido:

STF — AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5876¹
SC — Publicado em 09-09-2019 A Suprema Corte já decidiu que leis de entes subnacionais que estabelecem condicionantes ao exercício de atividades profissionais são formalmente inconstitucionais, por usurparem a competência legislativa privativa da União.

STF — AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6961²
RS — Publicado em 03-04-2023 Em caso análogo, o STF reafirmou

¹ CONSTITUCIONAL. FEDERALISMO E RESPEITO ÀS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA. LEI ESTADUAL 17.115/2017 DO ESTADO DE SANTA CATARINA. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. CONDICIONANTES PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE CONDUCTOR DE AMBULÂNCIA. CRIAÇÃO DE NOVAS ATRIBUIÇÕES A ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. PROCEDÊNCIA. 1. Proposta de conversão de referendo de medida cautelar em julgamento definitivo de mérito, considerando a não complexidade da questão de direito em discussão e a instrução dos autos, nos termos do art. 12 da Lei 9.868/1999. 2. As regras de distribuição de competências legislativas são alicerces do federalismo e consagram a fórmula de divisão de centros de poder em um Estado de Direito. Princípio da predominância do interesse. 3. A própria Constituição Federal, presumindo de forma absoluta para algumas matérias a presença do princípio da predominância do interesse, estabeleceu, a priori, diversas competências para cada um dos entes federativos, União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios, e, a partir dessas opções, pode ora acentuar maior centralização de poder, principalmente na própria União (CF, art. 22), ora permitir uma maior descentralização nos Estados-Membros e Municípios (CF, arts. 24 e 30, I). 4. A Lei 17.115/2017 do Estado de Santa Catarina, ao reconhecer a profissão de condutor de ambulância, bem como estabelecer condicionantes ao exercício da atividade de remoção de acidentados e/ou deslocamento de pacientes em ambulâncias, disciplina matéria de competência legislativa privativa da União (CF, art. 22, I e XVI). 5. Ademais, ao atribuir ao Poder Executivo a alocação de profissionais específicos nas ambulâncias, juntamente com o condutor, ou a supervisão direta de determinado profissional por outro, a lei estadual, de iniciativa parlamentar, viola regra constitucional que determina a iniciativa privativa do Poder Executivo para a disciplina de sua organização administrativa (CF, art. 61, § 1º II, c e e). 6. Medida Cautelar confirmada e Ação Direta julgada procedente. (STF - ADI 5876 SC - SANTA CATARINA 0016200-03 2017 1 00 0000, Relator: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 23/08/2019, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-195 09-09-2019)

² EMENTA Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 15.593 do Estado do Rio Grande do Sul, de 7 de janeiro de 2021. Regulamentação de atividade de lei de direito público oficial. Competência



PENDÊNCIAS PREFEITURA

que a regulamentação de profissões é matéria de competência privativa da União, declarando a inconstitucionalidade de Lei estadual que dispunha sobre o ofício de leiloeiro, por violação ao art. 22, incisos I e XVI, da Carta Magna.

08. Dessa forma, os referidos dispositivos são materialmente inconstitucionais e devem ser objeto de veto.

II.2. Do Vício de Inconstitucionalidade Formal: Vício de Iniciativa

09. Os artigos 8º e 9º do projeto de Lei, por sua vez, apresentam vício de inconstitucionalidade formal, conhecido como vício de iniciativa. Tais artigos autorizam o Poder Executivo a firmar parcerias e instituem o "Selo Academia Legal" e o "Selo Local Parceiro da Saúde Municipal", prevendo a concessão de benefícios a serem definidos por Decreto.

privativa da União para legislar sobre direito do trabalho e condições para o exercício de profissões (art. 22, incisos I e XVI, da CF/88). Precedentes. Inconstitucionalidade formal do diploma estadual impugnado. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. 1. O objeto da presente ação concentrada reside na alegada inconstitucionalidade formal da Lei nº 15.593 do Estado do Rio Grande do Sul, de 7 de janeiro de 2021, a qual dispõe sobre o exercício do ofício de leiloeiro público no âmbito daquela unidade federativa, com o argumento de violação da competência privativa da União para legislar sobre o tema, nos termos do art. 22, incisos I e XVI, da Carta Magna. 2. Na esfera federal, o exercício da atividade de leiloeiro público oficial encontra-se disciplinado no Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que aprovou o regulamento da profissão de leiloeiro em território nacional, o qual já teve suas normas convalidadas em julgado da Suprema Corte, sob a sistemática da Repercussão Geral (Tema nº 455), nos autos do RE nº 1.263.641, tendo sido afirmada sua compatibilidade com o art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal. 3. Segundo a remansosa jurisprudência da Corte Suprema, compete privativamente à União organizar, manter e executar a inspeção do trabalho, bem como legislar sobre direito do trabalho, concluindo-se, in casu, pela inconstitucionalidade formal da Lei nº 15.593 do Estado do Rio Grande do Sul, de 7 de janeiro de 2021, devido a sua incompatibilidade com o art. 22, incisos I e XVI, da Constituição Federal de 1988. Precedentes. 4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (STF - ADI: 6961 RS, Relator DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 17/12/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-070 DIVULG 31-03-2023 PUBLIC 03-04-2023)



10. A criação de programas, a instituição de selos e a definição de parcerias que geram novas atribuições e, potencialmente, despesas para a Administração Pública são matérias cuja iniciativa legislativa é reservada ao Chefe do Poder Executivo. A proposição de tais medidas por membro do Poder Legislativo configura usurpação de competência e viola o princípio da separação dos poderes.

11. A Lei Orgânica do Município de Pendências, em seu artigo 52, e a Constituição Federal, por simetria, em seu artigo 61, § 1º, inciso II, alínea 'e', estabelecem que são de iniciativa exclusiva do Prefeito as Leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública.

12. O STF possui entendimento pacífico sobre a matéria:

STF — AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1337675³
RJ — Publicado em 20-06-2022 A Corte entende que padece de inconstitucionalidade formal a lei de iniciativa parlamentar que disponha sobre novas atribuições, organização e funcionamento de órgãos públicos, como a criação de um "selo de qualidade", por ser matéria afeta à iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

³ EMENTA Agravo regimental em recurso extraordinário. Constitucional. Representação por inconstitucionalidade. Lei nº 6.095/16 do Município do Rio de Janeiro, de origem parlamentar, a qual cria "o selo de qualidade de alimentos e de atendimento na comercialização da comida de rua". Criação de novas atribuições para órgão do Poder Executivo. Inconstitucionalidade formal. Precedentes. 1. Segundo a pacífica jurisprudência da Corte, padece de inconstitucionalidade formal a lei resultante de iniciativa parlamentar que disponha sobre novas atribuições, organização e funcionamento de órgãos públicos, haja vista que essa matéria é afeta ao chefe do Poder Executivo. Precedentes: ARE nº 1.022.397-AgR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe de 29/6/18; ARE nº 1.007.409/MT-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 13/3/17; ADI nº 1.509/DF-AgR, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 18/11/14. 2. Embora a lei municipal, cujos méritos não estão em questão, tenha sido concebida para proteger e cuidar da saúde pública, a reserva de iniciativa deve ser preservada. 3. Agravo regimental não provido (STF - RE: 1337675 RJ 0019862-54.2020.8.19.0000, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 16/05/2022, Primeira Turma, Data de Publicação: 20/06/2022)



13. Portanto, os artigos 8º e 9º do projeto de Lei são formalmente inconstitucionais e também devem ser vetados.

III. CONCLUSÃO

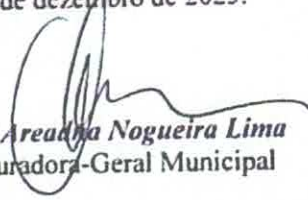
14. Diante do exposto, opino pela existência de vícios de inconstitucionalidade material e formal no Projeto de Lei nº 026/2025, que maculam os seguintes dispositivos:

- a) Artigo 3º, inciso II e §2º;
- b) Artigo 4º, §1º;
- c) Artigo 8º (integralmente);
- d) Artigo 9º (integralmente).

15. Recomenda-se, portanto, o **VETO PARCIAL** aos dispositivos acima elencados, por serem contrários à Constituição Federal e à Lei Orgânica do Município, com a sanção dos demais artigos do projeto de Lei, que se encontram em conformidade com o ordenamento jurídico.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Pendências/RN, 15 de dezembro de 2025.


Neile Areadna Nogueira Lima
Procuradora-Geral Municipal